



Experiência:

A prestação de serviços adequados, eficientes e seguros na classificação vegetal

Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

Delegacia Federal em Mato Grosso do Sul

Delegacia do Ministério da Agricultura no Mato Grosso do Sul

Responsável: Yoshio Fugita

Equipe: Osvaldo Mandacari Escobar, José Donisete Ferreira e Jovimar Alves Matias

Endereço: Rua Dom Aquino, 2696

Campo Grande, MS — CEP: 79002-182

Telefones: (067) 382 1454 Fax: (067) 382 6093

Relato

Entre suas diversas atribuições legais, o Ministério da Agricultura é encarregado de estabelecer os padrões nacionais de qualidade de produtos agrícolas, tais como o arroz, feijão, milho, soja, etc. Trata-se da “Classificação Vegetal” que tem por finalidade oferecer parâmetros que orientem os compradores e vendedores sobre o preço justo dos produtos com base em sua qualidade. Na década de 70, quando foi instituída a legislação da classificação vegetal, o próprio Ministério da Agricultura realizava esse serviço. Nos últimos 20 anos, a demanda cresceu, e o governo federal teve de transferir a prestação desse serviço aos governos estaduais ou, na impossibilidade destes, às empresas privadas, ficando o Ministério da Agricultura encarregado da elaboração e atualização dos padrões nacionais de qualidade, a supervisão dos prestadores de serviço e o controle da formação e do credenciamento dos profissionais classificadores. Logo surgiram conflitos — de interesses, de opiniões, de procedimentos, de metas, etc. — entre os prestadores de serviços e os agentes supervisores, criando uma barreira de desconfiança e descrédito que resultou em falta de eficiência, eficácia e segurança do serviço, com numerosas e graves reclamações por parte dos usuários. O problema era: como estabelecer a convivência profissional e a união de esforços entre o Ministério da Agricultura e seus órgãos conveniados ou entidades contratadas, de modo a obter um melhor gerenciamento da atividade? A solução foi encontrada numa mudança de atitude a partir da qual seguiram-se diversas medidas práticas: os agentes supervisores passaram a se conduzir como parceiros dos prestadores de serviços ao invés de fiscais. A Gerência de Padronização e Classificação Vegetal do Ministério da Agricultura começou a selecionar técnicos de confiança para serem credenciados como professores de classificação vegetal. Estes formaram equipe mista com os classificadores prestadores de serviços e ofereceram cursos para novos classificadores e reciclagem para os antigos. Os cursos, com duração de 30 dias, permitiram uma nova aproximação e troca de experiências entre os agentes do Ministério da Agricultura e os membros dos órgãos conveniados ou entidades contratadas para prestação de serviços.

Com a interação desses profissionais em situação de aula, a equipe desenvolveu um Diagnóstico do Sistema Nacional de Classificação Vegetal e uma nova metodologia de ensino, voltada para a resolução de conflitos, a motivação profissional e a cooperação. A partir dessa prática, desenvolveu-se a percepção da importância da profissionalização e fortaleceu-se a demanda pela modernização de equipamentos e instalações para o curso e para o exercício do trabalho, com aulas sobre a sua utilização. A valorização do treinamento tornou legítima a exigência do curso, pelo Ministério da Agricultura, como condição para o exercício da atividade.

Resultados

Superação dos conflitos entre prestadores de serviço e supervisores, com ganhos de eficácia e eficiência na atividade de classificação vegetal. Modernização dos processos de classificação vegetal que passam a adotar equipamentos, procedimentos e padrões de nível internacional. Generalização da experiência para outras unidades federativas, que levou o Ministério da Agricultura a iniciar um trabalho de reformulação da legislação que normatiza a realização de cursos de classificação vegetal e disciplina o credenciamento de classificadores e professores.